

FINANÇAS SOLIDÁRIAS E BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA (1998-2020)¹

Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho²
Carlos Eduardo Cavalcante³
Emiliana Barros Cerqueira⁴
Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal⁵

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se observado a relevância dos empreendimentos de economia solidária, cujas relações comerciais são pautadas nos valores de confiança, proximidade e solidariedade (Silva, 2020a). Tais iniciativas surgem como resposta aos problemas enfrentados pelas populações carentes em territórios que se encontram à margem da ação estatal e dos interesses empresariais. Nesse contexto, despontam os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) como uma opção de finanças solidárias que buscam a inclusão socioeconômica das pessoas com base na perspectiva do desenvolvimento local (Barreto, Oliveira e Jesus, 2018; Leal, Rigo e Andrade, 2016; Santos e Santos, 2021; Silva, 2020b).

Por definição, os BCDs são associações que, em sua maioria, têm o propósito de democratizar o sistema financeiro por meio da gestão comunitária dos recursos, considerando as particularidades dos territórios onde estão inseridos e as redes de relações sociais e de vizinhança em sua atuação (França Filho e Passos, 2013). Para Freire (2013), os BCDs destacam-se pela proposição de soluções para os problemas relacionados ao subdesenvolvimento local e pela redução da pobreza. Além disso, são estratégicos para a geração de renda e o desenvolvimento territorial, com efetiva participação popular.

O primeiro BCD, da forma como conhecemos atualmente, surgiu no Brasil em 1998, com base nos trabalhos da associação de moradores do conjunto Palmeiras em Fortaleza-CE, ao conceber o BCD Palmas e sua moeda circulante local denominada “Palmas”. O êxito da experiência resultou na criação, em 2003, do Instituto Palmas, que sistematizou e disseminou a metodologia de implementação e gestão dos BCDs, bem como administrou a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que atualmente é responsável pela certificação e pela prestação de contas dos mais de cem BCDs constituídos em todo o país.

A expansão nacional dos BCDs tem chamado atenção de pesquisadores de diversas áreas que vêm empreendendo estudos acerca dessa temática por meio de diferentes lentes de análise.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt76/esp2>

2. Professora adjunta da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). *E-mail*: alalcoelho@gmail.com.

3. Professor adjunto da UFPB. *E-mail*: cavalcanteeduardo@gmail.com.

4. Economista. *E-mail*: emberq@hotmail.com.

5. Professora adjunta da Universidade Federal do Piauí (UFPI). *E-mail*: mariane.goretti@ufpi.edu.br.

Sob tal contexto, este estudo objetivou realizar um mapeamento da literatura sobre BCDs no intuito de verificar os modelos teóricos, as metodologias e os resultados das pesquisas que abordam essa temática.

O artigo está estruturado em quatro seções. A primeira refere-se à introdução; a segunda descreve os procedimentos metodológicos; a terceira apresenta os resultados; e a quarta expõe as considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O mapeamento da produção científica sobre os BCDs foi realizado por meio de revisão sistemática de literatura definida por Perissé, Gomes e Nogueira (2001), como a aplicação de estratégias científicas que limitam o viés de seleção de artigos e os avaliam com espírito crítico, sintetizando os estudos relevantes em um tópico específico.

De acordo com Sampaio e Mancini (2007), as revisões sistemáticas são desenhadas para serem metódicas, explícitas e passíveis de reprodução. Servem para nortear o desenvolvimento de projetos, indicando novos rumos para futuras investigações e identificando quais métodos de pesquisa foram utilizados em determinada área. Os autores destacam que, para conferir rigor e objetividade, uma revisão sistemática requer uma pergunta clara; a definição de uma estratégia de busca; o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos artigos; e uma análise criteriosa da qualidade da literatura selecionada.

A figura 1 descreve as fases do processo de construção da revisão sistemática de literatura, a saber: delimitação das questões a serem pesquisadas; escolha da fonte de dados; definição das palavras-chave para busca; busca e armazenamento dos resultados; seleção de artigos com base nos critérios de inclusão e exclusão; extração de dados dos artigos selecionados; avaliação dos artigos; síntese e interpretação dos dados (Costa e Zoltowski, 2014).

FIGURA 1

Fases do processo da revisão sistemática de literatura



Fonte: Costa e Zoltowski (2014).
Elaboração dos autores.

Desse modo, para atingir o objetivo proposto, foi estabelecido como recorte temporal o período de janeiro de 1998 a agosto de 2020 em razão de as discussões sobre a temática dos BCDs serem recentes no Brasil e, assim, proporcionarem visão geral a respeito de pesquisas no âmbito nacional e internacional para o período investigado.

Com base nesse intervalo de tempo, foram selecionados os seguintes repositórios virtuais: Periódicos Capes, Scielo, Spell, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Ademais, foram

utilizados os anais dos seguintes eventos: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Enanpad), Seminário em Administração (Semead) e Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (Enapegs). Foram examinados artigos, teses e dissertações sobre a temática em questão.

De acordo com Fernandes, Souza e Belarmino (2020), na fase inicial do estudo, é importante determinar quais serão as bases de dados ou as fontes de pesquisa analisadas, bem como delimitar os termos de busca ou as palavras-chave. Nesse sentido, os termos de busca escolhidos foram *community development banks*, *community banks* e *bancos comunitários*. Tais termos foram testados nas bases selecionadas, sendo adotado aquele que mais resultados apresentou em cada uma das bases pesquisadas.

Como critério de inclusão, foram considerados apenas os trabalhos sobre a temática dos BCDs disponíveis em base digital, tendo em vista a acessibilidade e a disponibilidade do material; o critério de exclusão envolveu os trabalhos não disponibilizados nessas bases.

Especificamente, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, também foram excluídos aqueles que, apesar de serem foco da investigação, não estavam disponíveis por serem anteriores à Plataforma Sucupira.⁶ Nesses casos, foram feitas ainda tentativas de recuperação de tais pesquisas em formato digital na base de dados do Google, e somente foram definitivamente excluídas quando não localizadas de nenhuma dessas duas formas.

Os trabalhos identificados e recuperados resultaram em 38 artigos, 9 teses e 33 dissertações, oriundos das bases virtuais pesquisadas, o que totalizou 80 trabalhos. A maior parte desses trabalhos estão disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (52,5%) e em anais de eventos (29,9%), com menor concentração em periódicos (17,6%).

Um aspecto a ser destacado pelo impacto causado à produção científica diz respeito à pandemia da covid-19,⁷ que se iniciou em fevereiro de 2020 e perdurou por todo o ano de 2021 e ainda no primeiro semestre de 2022, ocasionando redução considerável de eventos científicos e, consequentemente, de publicações nesse período.

Diante do contexto mencionado e em continuidade ao processo de revisão da literatura, os trabalhos selecionados seguiram para a próxima fase, que demandou leituras aprofundadas a fim de identificar as abordagens teóricas e as temáticas pesquisadas, as metodologias adotadas e os principais resultados identificados nos estudos. Os dados coletados foram compilados em quadros-síntese elaborados mediante planilhas eletrônicas do Microsoft Excel para embasar as análises posteriores.

6. É uma ferramenta para coletar informações e realizar análises e avaliações; é a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). O sistema também é usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos.

7. A covid-19 foi considerada pandêmica pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. Por apresentar alto índice de contaminação, a prevenção à doença desencadeou a necessidade de isolamento social, além de outras ações, resultando em impactos profundos também no mercado de trabalho brasileiro (Silva, Corseuil e Costa, 2022).

3 MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A partir do mapeamento dos trabalhos, foi possível delinear um perfil da produção científica sobre os BCDs, cujas evidências relativas às abordagens teóricas, às temáticas, às metodologias e aos principais resultados identificados são apresentadas a seguir.

3.1 Abordagens teóricas em destaque

Os BCDs foram analisados por distintas áreas de conhecimento, tais como: engenharias; arquitetura; direito; administração; administração pública; sociologia; história; ciência e tecnologia; serviço social; políticas públicas; geografia; e economia. Isso demonstra que as pesquisas sobre BCDs têm sido perpassadas por temas transversais que, consoante Menezes (2001), estão voltados para a compreensão da realidade social, dos direitos e das responsabilidades ligados à vida pessoal e coletiva, bem como para a afirmação do princípio da participação política. Nesse sentido, os pesquisadores das áreas de conhecimento supracitadas adotaram abordagens teóricas diversificadas em suas análises, conforme descrito no quadro 1.

QUADRO 1

Abordagens teóricas da produção científica sobre BCDs

Abordagens teóricas	Número de publicações	Autores
Economia solidária	24	Silva Júnior (2006); Passos (2007); Silva Júnior, Gonçalves e Calou (2007); Santana (2011); Rigo, Silva Júnior e França Filho (2012); Lucena (2013); Pierce (2013); Lemos (2013); Raposo (2014); Callil (2016); Chagas (2014); Coelho (2014); Moraes <i>et al.</i> (2014); Pinheiro (2015); Gandolfi (2015); Frizon (2015); Moraes, Nogueira e Vieira (2015); Menezes, Santos e Mariano (2017); Schwenck (2018); Santos (2018); Farias, Silva e Olave (2018); Costa e Rigo (2018); Brasil, Schilling e Mesquita (2019); Freitas, Costa e Costa (2019).
Finanças solidárias	12	Passos (2008); Silva Júnior, Calou e Gonçalves (2008); Garcia (2010); Guzmán e Santana (2012); Azeredo, Faria e Silva (2012); Raimundo (2014); Paiva (2015); Rigo, França Filho e Leal (2015a); Medeiros (2017); Oliveira (2017); Menezes, Santos e Mariano (2019); Resgala (2019).
Microfinanças	12	Andranovich, Modarres e Riposa (2007); Silva (2009); Christopoulos (2010); Silva (2011); Diógenes, Segatto, Biscaia (2012); Rigo, França Filho e Leal (2013); Silva (2013); Siqueira <i>et al.</i> (2014); Mostagi <i>et al.</i> (2016); Brasil (2017); Carneiro (2017); Souza (2019).
Antropologia da moeda	5	Rigo e França Filho (2014a; 2017); Rigo, França Filho e Leal (2015b); Rigo (2016); Fare e Ahmed (2017).
Utilidade social	3	Silva Júnior, Rigo e Passos (2015); Silva Júnior (2016); Lopes, Rigo e Silva Júnior (2018).
Teoria dos bens comuns	3	Hudson e Meyer (2016); Farias (2018); Farias, Soares e Freitas (2019).
Moedas digitais	3	Diniz, Cernev e Nascimento (2016); Fernandes (2018); Gonzalez <i>et al.</i> (2020).
Economia substantiva	2	França Filho, Silva Júnior e Rigo (2012); Mattos (2010).
Teoria da dádiva	2	Rigo e França Filho (2014b); Rigo (2014).

(Continua)

(Continuação)

Abordagens teóricas	Número de publicações	Autores
Paradigma paraeconômico	2	Leal (2013); Rigo e Cançado (2015).
Outras teorias diversas ¹	12	Araújo (2009); Silva (2011); Ferreira (2014); Nascimento (2015); Paula (2015); Carvalho (2016); Pacheco (2016); Faria (2018); Paiva (2018); Cadó (2017); Carvalho (2017); Almeida (2019).
Total		80

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Abordagens que constaram apenas uma única vez em cada trabalho. Essa diversidade de lentes teóricas indica que os estudos trilharam os mais diversos percursos visando à compreensão do fenômeno. São elas: teoria dos espaços públicos, teoria da derivação marxista, teoria ator-rede, teoria política, teoria da ação coletiva, teoria de comunidade e sociedade, teoria do pluralismo jurídico, teoria das interpretações rivais de mercado, teoria dos circuitos da economia urbana, teoria da educação popular, teoria da representação social e teoria das moedas complementares.

A seguir, fazemos uma breve explanação das dez abordagens teórico-analíticas que receberam maior enfoque nos estudos sobre os BCDs. Primeiramente, o enquadramento como economia solidária,⁸ presente em 24 estudos, aparece como a perspectiva teórica mais utilizada nas investigações sobre BCDs. Os autores utilizaram-se dessa abordagem para melhor contextualizar os BCDs como empreendimentos econômicos solidários, formalizados como cooperativas e associações. Nesse segmento, apontam para a criação de ferramentas diretamente relacionadas ao desenvolvimento territorial e se apoiam no desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais (França Filho, 2002).

A abordagem das finanças solidárias, presente em doze estudos, demonstra a compreensão de que os BCDs estão inseridos no campo das finanças de proximidade, tendo a democratização do sistema financeiro, mediante a gestão comunitária dos recursos, como um dos principais propósitos (França Filho e Passos, 2013; Silva 2020b).

As microfinanças também foram tratadas em doze estudos, sendo constituídas por pequenos empréstimos, cujas parcelas são pagas em curto espaço de tempo, destinados essencialmente à população de baixa renda, possuidora de pouquíssimos ativos a serem oferecidos como garantia (Barone e Sader, 2008). O microcrédito, por sua vez, pode ser definido como serviços financeiros para microempreendedores, excluindo-se o crédito para consumo. Sua principal modalidade é o crédito produtivo e orientado.

A antropologia da moeda esteve presente em cinco estudos e foi adotada para auxiliar o entendimento das diversas funções (social, econômica, política, simbólica e pedagógica) da moeda social utilizada pelos BCDs. Nessa concepção, a dimensão simbólica sobressai, pois opera como um símbolo que se relaciona com outros símbolos do sistema, em que os significados possuem sentido e são compartilhados e trocados. Assim, a moeda vale pelo seu valor intrínseco, isto é, pelo que se acredita que ela valha (Rigo, França Filho e Leal, 2015b).

A teoria da utilidade social, adotada em três estudos, representa um esforço dos pesquisadores em mensurar a utilidade social daquelas organizações, a exemplo dos BCDs, que

8. Para uma pesquisa bibliográfica mais ampliada sobre economia solidária, ver Silva (2020c).

possuem finalidade social por apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica; combater a exclusão e as desigualdades sociais, econômicas e culturais; educar para a cidadania; reforçar a coesão territorial; e contribuir para o desenvolvimento sustentável e a solidariedade internacional (França, 2014).

Os BCDs também receberam luzes a partir da teoria dos bens comuns encontrada em três dos trabalhos analisados. Nessa perspectiva, os BCDs foram considerados uma modalidade de bem comum da sociedade. Esses bens são recursos compartilhados em que as partes envolvidas têm interesses equivalentes e podem gerenciá-los e sustentá-los caso possuam as condições adequadas (Hudson e Meyer, 2016; Farias, 2018; Ferreira, 2014). Tais estudos buscaram entender o papel dos BCDs para gerir e alocar recursos comuns à sociedade com o objetivo de protegê-los e distribuí-los democraticamente.

A abordagem das moedas complementares digitais (MCD) foi identificada em outros três estudos, sendo conceituadas como aquelas que incorporam as tecnologias da informação a fim de viabilizar a circulação no seu território de atuação (Diniz *et al.*, 2014). Ademais, apresentam três elementos estruturantes: um agente emissor, um meio digital e uma circulação delimitada (Diniz, Siqueira e Van Heck, 2019).

Por sua vez, o viés da economia substantiva, cuja abordagem está presente em dois estudos, contribuiu para o entendimento da dinâmica socioeconômica dos BCDs. Consoante França Filho (2007), essa perspectiva considera que os BCDs atuam com a filosofia e a metodologia de um programa de recuperação da economia local, com base em princípios econômicos plurais cujas contribuições econômicas se complementam, conjugando uma economia mercantil (mercado), uma economia não mercantil (Estado) e uma economia não monetária (dáviva/reciprocidade).

A teoria da dádiva, abordada em duas pesquisas, amparou o entendimento sobre os negócios embasados em princípios de solidariedade e reciprocidade, a exemplo dos BCDs. Essa abordagem compreende o valor das coisas como menos importante que o valor das relações, sendo estas últimas o simbolismo fundamental para a vida social, o que leva à necessidade de associação e construção de alianças e vínculos (Rigo, 2014; Rigo e França Filho, 2014b; 2017).

O paradigma paraeconômico fundamentou duas pesquisas que auxiliam na compreensão da primazia dos valores sociais sobre os econômicos nos BCDs. Nos negócios, as lógicas da racionalidade instrumental e substantiva estão presentes em maior ou menor grau (Leal, 2013). Consoante França Filho, Silva Júnior e Rigo (2012), na medida em que prevalece a lógica substantiva nos empreendimentos solidários, ocorre a sobreposição dos valores sociais nas relações comerciais, enquanto a lógica predominantemente instrumental dos negócios tradicionais demonstra que os valores econômicos são prioritários.

Portanto, essa diversidade de abordagens demonstra a transversalidade que a temática dos BCDs possui enquanto tema de pesquisa. Tal fato pode ser percebido a partir da variedade de trabalhos realizados por pesquisadores (as) das mais diversas áreas do conhecimento.

3.2 Temáticas em foco

Para a classificação das temáticas, foram observados o resumo, o objetivo geral e o referencial teórico de modo a confirmar o real escopo dos trabalhos selecionados.

O quadro 2 demonstra o enfoque dos estudos realizados pelos pesquisadores.

QUADRO 2
Temáticas da produção científica sobre BCDs

Temáticas	Frequência	Autores
Moedas sociais impressas e digitais	16	Rigo, Silva Júnior e França Filho (2012); Rigo (2014); Rigo e França Filho (2014a; 2014b; 2017); Rigo, França Filho e Leal (2015b); Rigo (2016); Fare e Ahmed (2017); Costa e Rigo (2018); Nascimento (2015); Diniz, Cernev e Nascimento (2016); Carvalho (2017); Fernandes (2018); Faria (2018); Almeida (2019); Gonzalez <i>et al.</i> (2020).
Avaliação de impacto dos BCDs no desenvolvimento territorial	16	Silva Júnior, Gonçalves e Calou (2007); Passos (2007; 2008); Garcia (2010); França Filho, Silva Júnior e Rigo (2012); Pierce (2013); Moraes <i>et al.</i> (2014); Rigo, França Filho e Leal (2015a); Silva Júnior, Calou e Gonçalves (2008); Santana (2011); Guzmán e Santana (2012); Lemos (2013); Raposo (2014); Paula (2015); Mostagi <i>et al.</i> (2016); Oliveira (2017).
Comunicação, gestão participativa e parcerias na rede de economia solidária	9	Coelho (2014); Silva Júnior (2006); Araújo (2009); Lucena (2013); Silva (2013); Frizon (2015); Santos (2018); Farias, Silva e Olave (2018); Freitas, Costa e Costa (2019).
Inovação e empreendedorismo social e feminino em finanças solidárias	9	Silva (2009); Christopoulos (2010); Diógenes, Segatto e Biscaia (2012); Siqueira <i>et al.</i> (2014); Azeredo, Faria e Silva (2012); Mattos (2010); Brasil (2017); Brasil, Schilling e Mesquita (2019); Paiva (2015).
Crédito habitacional e produção de espaços públicos e urbanos	5	Callil (2016); Gandolfi (2015); Resgala (2019); Rigo e Cançado (2015); Paiva (2018).
Políticas públicas de microcrédito	4	Andranovich, Modarres e Riposa (2007); França Filho, Silva Júnior e Rigo (2012); Rigo, França Filho e Leal (2013); Souza (2019).
Gestão coletiva dos bens comuns	4	Leal (2013); Hudson e Meyer (2016); Farias (2018); Farias, Soares e Freitas (2019).
Educação financeira, emancipação e autonomia	4	Silva (2011); Medeiros (2017); Chagas (2014); Schwenck (2018).
Avaliação da utilidade social	3	Silva Júnior (2016); Silva Júnior, Rigo e Passos (2015); Lopes, Rigo e Silva Júnior (2018).
Autorregulação, regulação jurídica e autossustentabilidade dos BCDs	3	Ferreira (2014); Pinheiro (2015); Carneiro (2017).
Análise bibliométrica	2	Menezes, Santos e Mariano (2017; 2019).
Consciência de classe	2	Raimundo (2014); Cadó (2017).
Análise comparativa entre BCDs e o Grammen Bank	1	Moraes, Nogueira e Vieira (2015).
Representação social dos BCDs	1	Pacheco (2016).
Interpretação crítica da economia solidária e do microcrédito	1	Carvalho (2016).
Total		80

Elaboração dos autores.

Inicialmente, o uso da moeda social impressa e digital como alternativa para o dinamismo da economia local foi motivo de observação em dezesseis estudos. Para França Filho e Passos (2013), os BCDs utilizam a moeda social, basicamente, com dois objetivos: i) econômico, no intuito de aumentar o consumo e internalizar a renda na economia local; e ii) político, a fim de fortalecer a identidade coletiva e o senso de pertencimento ao território.

O enfoque investigativo de avaliação do impacto dos BCDs para o desenvolvimento territorial também foi abordado em dezesseis trabalhos e visou identificar as estratégias adotadas pelos BCDs nos seus territórios de atuação. Nesse aspecto, Gandolfi (2015) observa que esses bancos vêm sendo valorizados e incentivados como estratégias de dinamização socioeconômica para o desenvolvimento local sustentável por promover a coesão social, a preservação da diversidade cultural e a proteção ambiental.

O enfoque das pesquisas relacionadas à comunicação, à gestão participativa e às parcerias na rede de economia solidária foi observado em nove estudos que procuraram verificar as formas de comunicação, o modelo de gestão adotado pelos BCDs e a formação de parcerias. O modelo de gestão coletiva e democrática está embasado nas relações de proximidade e confiança mútua, para a administração de recursos e atividades, no processo decisório e nas redes solidárias (França Filho, 2008; Rigo, 2014).

Os trabalhos cujas bases foram a investigação da inovação e o empreendedorismo social e feminino em finanças solidárias, oito dos presentes em nosso mapeamento, buscaram apreender os BCDs como uma inovação social na área de finanças solidárias. Segundo Leal (2013), eles são caracterizados como objetos de inovação por ofertarem serviços financeiros em seus territórios, mediante a gestão coletiva de suas ações, a fim de beneficiar uma parcela da população excluída do sistema financeiro convencional, principalmente o público feminino. Para Singer (2002), a participação das mulheres em grupos associativistas tem como principal finalidade a geração de trabalho e renda, utilizando-se de princípios de autogestão e cooperação.

A temática relativa ao crédito habitacional e a produção de espaços públicos e urbanos foi investigada em cinco estudos que analisaram como o crédito fornecido pelos BCDs contribuiu para a construção e/ou a reforma de moradias, bem como sua influência na formação dos espaços públicos e urbanos. Segundo Callil (2016), alguns BCDs disponibilizam o crédito habitacional para moradores de assentamentos e orientam a comunidade nas construções e no processamento de problemas diversos, promovendo a transformação do espaço urbano.

As políticas públicas de microcrédito, constantes em quatro trabalhos, foram estudadas pelos pesquisadores no intuito de identificar sua influência para o desenvolvimento dos territórios. Nesse sentido, Rigo e França Filho (2017) e Silva (2020b) entendem que a moeda social e o microcrédito são os instrumentos basilares de atuação dos BCDs para o aquecimento da economia nos territórios. Desse modo, são necessárias políticas públicas que apoiem a disseminação e a sobrevivência de tais bancos.

Ao tratar a gestão coletiva dos bens comuns, temática presente em quatro dos trabalhos aqui analisados, procurou-se a compreensão da gestão de serviços financeiros como um bem

comum, cuja noção sugere a ideia de que os cidadãos são capazes de se auto-organizarem e de criarem iniciativas de cooperação para gerir e alocar os recursos da sociedade, bem como a ideia de que as coletividades são as mais interessadas em proteger e distribuir democraticamente tais recursos (Leal, 2013; Farias, Soares e Freitas, 2019). Assim, os produtos e os serviços financeiros ofertados pelos BCDs podem ser considerados como um bem comum da sociedade.

Ao focar a temática de educação financeira, emancipação e autonomia em outras quatro pesquisas, foi observada a dinâmica dos BCDs para o alcance da autonomia dos indivíduos por meio da educação financeira. Autonomia, segundo Cattani (2009), é entendida como a emancipação social conquistada por meio de apropriação coletiva, descentralização e participação no processo produtivo, na vida comunitária e na esfera cultural. Para Schwenck (2018) e Chagas (2014), os BCDs, apesar dos diversos entraves enfrentados, contribuem para a autonomia e a formação de sujeitos políticos, auxiliando-os em sua emancipação.

Os estudos centralizados na temática da utilidade social – três ao todo – visaram compreender essa perspectiva aplicada aos BCDs. Para Gadrey (2005), a utilidade social em um empreendimento de economia solidária, como os BCDs, pode ser identificada se, em suas práticas, estão inseridos os princípios da redução das desigualdades econômicas e do fortalecimento do laço social, através da solidariedade e da sociabilidade, bem como o princípio do melhoramento das condições de vida em um território e de seu desenvolvimento sustentável.

As análises sobre a autorregulação, a regulação jurídica e a autossustentabilidade dos BCDs, contempladas em três pesquisas, buscaram desvelar os entraves financeiros e jurídicos enfrentados pelos empreendimentos de economia solidária para seu funcionamento e sua sustentabilidade. Pinheiro (2015) entende que, com a expansão e a diversificação dos sistemas monetários alternativos, torna-se necessário o estabelecimento de um marco regulatório que contemple a natureza jurídica dos BCDs e a admissibilidade de suas moedas sociais.

As análises bibliométricas, presentes em dois trabalhos, realizaram mapeamentos dos estudos sobre BCDs. Já a análise comparativa entre os BCDs e o Grammen Bank, presente em um estudo, buscou compreender as similaridades e as particularidades entre a iniciativa brasileira e a iniciativa indiana.

A temática da representação social, constante em um estudo, e a da consciência de classes, presente em outros dois estudos, objetivaram compreender tanto as representações sociais da população acerca da atuação dos BCDs quanto a sua função social como instrumento de luta das classes trabalhadoras no âmbito da economia solidária (Cadó, 2017).

Finalmente, a temática das interpretações rivais de mercado, presente em uma pesquisa, apresentou críticas sobre a apropriação da economia solidária pelo Estado e do microcrédito pelas empresas privadas.

3.3 Tipos de pesquisas

O levantamento realizado evidenciou que a maior parte das pesquisas realizadas são de natureza eminentemente qualitativa, conforme pode ser constatado na tabela 1.

TABELA 1
Natureza das pesquisas científicas sobre BCDs

Natureza	Número de publicações	%
Qualitativa	71	88,9
Qualitativa/quantitativa	6	7,5
Quantitativa	3	3,7
Total	80	100,0

Elaboração dos autores.

Consoante a tabela 1, verificamos o predomínio da natureza qualitativa (88,9%) das pesquisas sobre BCDs. Essa abordagem parte dos pressupostos de que a realidade é subjetiva e múltipla, na qual o pesquisador interage com o objeto ou os sujeitos pesquisados e busca compreender as inter-relações de diversos fatores (Creswell, 1994).

A adoção de multimetodologias foi constatada em 7,5% dos trabalhos, nos quais os pesquisadores utilizaram as abordagens quali-quantitativa ao mesmo tempo, a saber: i) Cadó (2017) adotou a análise documental e bibliográfica, bem como entrevistas e grupo focal; ii) Lemos (2013) optou pelo levantamento e pela avaliação de variáveis, informações, dados bibliográficos e estudos empíricos em dois BCDs; iii) Pacheco (2016) utilizou formulários e entrevistas para a coleta dos dados e adotou a análise de conteúdo e a análise estatística por *statistical package for social science* (SPSS) para a apreciação dos dados; iv) Rigo, França Filho e Leal (2013; 2015a) efetuaram levantamento diagnóstico com o posterior tratamento dos dados mediante o *software* Sphinx2000, além de utilizar grupo focal e observações de campo; e v) Menezes, Santos e Mariano (2019) adotaram a bibliometria associada à análise qualitativa dos focos de pesquisa com o suporte do *software* Atlas.Ti e de uma nuvem de palavras construída por meio do *site* www.wordle.net.

Por sua vez, apenas 3,7% das pesquisas tiveram natureza eminentemente quantitativa. Tal perspectiva considera as premissas de que a realidade é objetiva e singular, de modo que o pesquisador coloca-se de forma neutra em relação ao objeto ou aos sujeitos pesquisados, buscando estabelecer uma relação de causa e efeito (Creswell, 1994). Menezes, Santos e Mariano (2017) realizaram uma análise bibliométrica para sistematizar os dados e as planilhas eletrônicas do Microsoft Excel, bem como para analisar os dados. Por sua vez, Fernandes (2018) realizou a aplicação de questionário eletrônico e teste de hipóteses pelo método PLS-SEM para avaliar o uso da moeda social digital, enquanto Silva (2009) adotou a análise descritiva e a regressão econométrica das variáveis (localização, gênero, educação e renda) para delinear o perfil dos clientes do BCD.

Os resultados apontados demonstram a necessidade de maiores esforços de investigação sobre os BCDs a partir da adoção de métodos quantitativos. Nesse viés, encaixam-se estudos que possam viabilizar a construção de escalas de avaliação a fim de possibilitar o alcance de mais amostras e ampliar o espaço para conclusões sobre o fenômeno.

3.4 Tipos de estudos, técnicas de coleta e análise de evidências

Os achados possibilitaram ainda identificar os tipos de estudos realizados pelos pesquisadores, conforme destacado na tabela 2.

TABELA 2

Tipos de estudos adotados nas pesquisas científicas sobre BCDs

Tipos de estudos	Número de publicações	%
Caso único	36	45,0
Casos múltiplos	18	22,6
Revisão de literatura	11	13,8
Pesquisa etnográfica	4	5,0
Pesquisa documental	2	2,5
<i>Survey</i>	2	2,5
Bibliometria	2	2,5
Proposta de modelo empírico	2	2,5
Pesquisa etnográfica e <i>survey</i>	1	1,2
<i>Survey</i> e estudo de caso	1	1,2
Pesquisa-ação	1	1,2
Total	80	100,0

Elaboração dos autores.

Constata-se que o estudo de caso único (36) e o estudo de casos múltiplos (18) foram as escolhas mais frequentes nas investigações. A seguir, a revisão de literatura (11) aparece como alternativa de investigação, seguida da pesquisa etnográfica (4).

Tendo em vista o maior número de pesquisas de natureza qualitativa, consequentemente, os tipos de estudos escolhidos foram aqueles que mais se alinhavam. Por sua vez, as pesquisas quantitativas estiveram em menor incidência, e até mesmo alguns dos *surveys* (4) realizados estiveram associados a estudos de casos e pesquisas etnográficas.

O levantamento também permitiu diagnosticar as técnicas de coleta e as análises adotadas nos estudos, as quais estão apresentadas na tabela 3. O levantamento documental (56) e a entrevista individual (54) foram as técnicas mais adotadas, conjugadas com a observação não participante (42) e participante (7). Para a análise e a interpretação dos dados, destacaram-se as técnicas de análise de conteúdo (15) e a análise de discurso (5).

TABELA 3
Técnicas de coleta e análise das evidências na produção científica sobre BCDs

Técnicas	Número de publicações	%
Levantamento documental	56	70,0
Entrevista individual	54	67,5
Observação não participante	42	52,5
Bibliográfica	18	22,5
Análise de conteúdo	15	18,7
Questionário	14	17,5
Entrevistas grupais	10	12,5
Observação participante	7	8,7
Análise de discurso	5	6,2
Análise de redes sociais	2	2,5
Análise de entrevistas por descrição analítica	1	1,2

Elaboração dos autores.

Na medida em que os tipos de investigações realizadas foram, em sua maioria, estudos de casos, revisões de literatura e pesquisas etnográficas, por conseguinte, as técnicas de coleta e análise de dados mais utilizadas apresentam-se alinhadas a esses estudos.

3.5 Resultados identificados nos estudos

A amostra apontou os principais resultados identificados pelos pesquisadores a partir da atuação dos BCDs nos territórios. O quadro 3 apresenta os resultados apontados nos resumos dos trabalhos selecionados, identificados com a atuação dos BCDs nos territórios. As contribuições mais enfatizadas foram aquelas relacionadas ao desenvolvimento territorial (14); à ascensão socioeconômica (13); à inclusão financeira (10); à adoção de valores substantivos nos negócios (8); à promoção da cidadania (8); à autonomia e à emancipação (8); à autogestão coletiva (7); ao fortalecimento das relações de parceria (6); e à formação de redes locais solidárias (6).

QUADRO 3
Principais resultados destacados na produção científica sobre BCDs

Resultados identificados	Número de publicações
Desenvolvimento territorial	14
Ascensão socioeconômica	13
Inclusão financeira	10
Adoção de valores substantivos nos negócios	8
Promoção da cidadania	8
Autonomia e emancipação	8
Autogestão coletiva	7

(Continua)

(Continuação)

Resultados identificados	Número de publicações
Relações de parcerias	6
Redes locais solidárias	6
Subsídio a políticas públicas	5
Valorização da identidade local	5
Articulação comunitária	5
Democracia local participativa	4
Capacitação profissional	3
Senso de pertencimento	3
Apropriação do financiamento pela coletividade	3
Crédito habitacional	3
Assessoria técnica para autoconstrução	2
Crédito cultural	2
Educação financeira	2
Aval solidário	2

Elaboração dos autores.

Dessa forma, as evidências vêm reforçando os pressupostos de França Filho (2004) e Freire (2013) sobre a relevância dos BCDs, o que lhes confere um papel estratégico para o desenvolvimento local, a promoção da cidadania e o fortalecimento da sociedade, o que reforça a necessidade de fomento às novas iniciativas do gênero em outros territórios vulneráveis do país e objetiva o alcance de efeitos similares em prol da coletividade dessas localidades (Melo Neto Segundo e Magalhães, 2009; Paula, 2015; Lemos, 2013; Cadó, 2017; Silva, 2020b).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, foi apresentada uma revisão sistemática de literatura que possibilitou apreender diversos fatores abordados em pesquisas sobre os BCDs no Brasil. Em termos de abordagens teórico-analíticas, identificaram-se as seguintes como as mais utilizadas: economia solidária, finanças solidárias, economia plural, teoria da dívida e antropologia da moeda, bens comuns, paradigma paraeconômico e teoria da utilidade social.

Entre as temáticas, observamos que a avaliação do impacto dos BCDs, o desenvolvimento territorial, a moeda social e digital, a gestão dos bens comuns, a inovação social, o empreendedorismo feminino, a utilidade social, a gestão social e a autonomia foram os aspectos investigados pelos estudiosos.

As metodologias mostraram-se essencialmente qualitativas, com a adoção de estudos de caso, revisões de literatura e etnografias. A coleta de dados recebeu o maior uso de técnicas de entrevistas, documentação e observação, enquanto a análise de conteúdo e a análise de discurso foram as mais utilizadas para a apreciação dos dados.

Por sua vez, os principais resultados identificados pelos pesquisadores, a partir da atuação dos BCDs nos territórios, estão relacionados ao desenvolvimento territorial; à ascensão socioeconômica; à inclusão financeira; à adoção de valores substantivos nos negócios; à promoção da cidadania; à autonomia e à emancipação; à autogestão coletiva; e ao fortalecimento das relações de parceria e das redes solidárias.

De maneira geral, os achados demonstram a necessidade de maior conhecimento do fenômeno, inclusive com a adoção mais recorrente de métodos quantitativos, o que exigiria o alcance de amostras maiores, com vistas a ampliar o espaço para conclusões.

Esta investigação apresentou contribuições teóricas e práticas. No eixo teórico, oferece um retrato das pesquisas realizadas no período de 1998 a 2020, podendo subsidiar pesquisadores e direcionar futuras investigações sobre BCDs. No eixo prático de gestão, reforça a relevância dos BCDs para o desenvolvimento local, a promoção da cidadania e o fortalecimento da sociedade, indicando a necessidade de se fomentarem outras iniciativas do gênero no país em busca de resultados semelhantes.

Para estudos futuros, recomenda-se o mapeamento de publicações sobre BCDs ou empreendimentos similares de finanças solidárias em bases virtuais internacionais, a fim de identificar o nível de disseminação da experiência brasileira no exterior, bem como o mapeamento do impacto das atuais políticas públicas para as finanças solidárias e para os BCDs, além de investigações sobre as consequências da pandemia da covid-19 na atuação desses bancos. Por fim, sugerimos estudos relativos à economia solidária e aos BCDs no âmbito da administração pública.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. M. de. **Bancos comunitários, moedas sociais digitais e inclusão financeira: uma análise a partir das pressões institucionais e da modelagem social da tecnologia**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- ANDRANOVICH, G.; MODARRES, A.; RIPOSA, G. Community banking and economic development: lessons from Los Angeles. **Community Development Journal**, v. 42, n. 2, p. 194-205, 2007.
- ARAÚJO, Y. M. C. **Bancos comunitários e a economia solidária: estratégias de desenvolvimento de baixo para cima em Montes Claros/MG**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.
- AZEREDO, R.; FARIA, M. S.; SILVA, M. V. Incubação territorial com bancos comunitários na comunidade São Rafael. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL*, 6., 2012, São Paulo. **Anais...** 2012.
- BARONE, F. M.; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectiva. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, 2008.

BARRETO, S. S.; OLIVEIRA, M. F.; JESUS, L. F. N. de. Os bancos comunitários de desenvolvimento e a circulação de moedas sociais no Fórum Social Mundial de 2018. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 65, p. 127-138, out. 2018.

BRASIL, K. R. C. **Empreendimentos solidários femininos**: a experiência de um banco comunitário de desenvolvimento. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017.

BRASIL, K. R. C.; SCHILLING, F.; MESQUITA, R. F. de. Empreendimentos solidários femininos: a experiência de um banco comunitário de desenvolvimento. *In*: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 22., 2019, São Paulo. **Anais...** 2019.

CADÓ, E. N. **A economia solidária e os bancos comunitários de desenvolvimento**: a experiência de São Miguel do Gostoso. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

CALLIL, J. **Bancos comunitários de desenvolvimento como estratégia de desenvolvimento territorial, microcrédito e autoconstrução** – caso: Banco Bem, Vitória-ES. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

CARNEIRO, D. R. da C. **Roteiro estruturante de gestão financeira para autossustentabilidade dos bancos comunitários de desenvolvimento do Nordeste brasileiro**. 2017. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CARVALHO, D. dos S. S. de. **Banco Palmas**: uma abordagem sociológica de sua instituição e seus critérios de liberação de crédito. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

CARVALHO, H. J. R. de. **Estratégias participativas na promoção do desenvolvimento territorial solidário e contra hegemônico e os intelectuais orgânicos**: estudo do Banco Palmas. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

CATTANI, A. D. Construindo a outra economia. *In*: HESPANHA, P. *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina; CES, 2009. p. 7-8.

CHAGAS, D. Q. L. **A emancipação dos associados do Banco Comunitário de Desenvolvimento das Timbaúbas (BCDT) face a um processo de incubação em economia solidária**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2014.

CHRISTOPOULOS, T. P. Banking correspondents as social innovation network – the case of Banco Palmas. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** 2010.

COELHO, C. L. C. de O. **Bancos comunitários de desenvolvimento**: o papel da comunicação na economia solidária. 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. *In*: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. de P.; VON HOHENDORFF, J. (Org.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 55-70.

COSTA, T. L. C.; RIGO, A. S. Banco comunitário, moeda social e território: análise do circuito monetário alternativo em dois territórios no Piauí. *In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO*, 21., 2018, São Paulo. **Anais...** 2018.

CRESWELL, J. W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Thousand Oaks: Sage, 1994.

DINIZ, E. H.; CERNEV, A. K.; NASCIMENTO, E. Mobile social money: an exploratory study of the views of managers of community banks. **Revista de Administração**, v. 51, n. 3, p. 299-309, 2016.

DINIZ, E. H.; SIQUEIRA, E. S.; VAN HECK, E. Taxonomy of digital community currency platforms. **Information Technology for Development**, v. 25, n. 1, p. 69-91, 2019.

DINIZ, E. H. *et al.* Digital social money implementation by grassroots organizations: combining bottom-up and top-down strategies for social innovations. *In: EUROPEAN GROUP FOR ORGANIZATIONAL STUDIES COLLOQUIUM*, 30., 2014, Roterdã, Holanda. **Anais...** 2014.

DIÓGENES, C. G. B.; SEGATTO, A. P.; BISCAIA, H. G. Tecnologias sociais para inclusão e transformação social: caso do microcrédito. *In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO*, 15., 2012, São Paulo. **Anais...** 2012.

FARE, M.; AHMED, P. O. Complementary currency systems and their ability to support economic and social changes. **Development and Change**, v. 48, n. 5, p. 847-872, 2017.

FARIA, L. A. S. de. **Digitalizações de moedas sociais no Brasil e suas (pré)histórias**: tensões e mediações com estados, mercados e tecnologias. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FARIAS, M. W. de M. **Gestão de bens comuns e inovação social**: o caso do Banco Comunitário dos Cocais. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

FARIAS, M. W. de M.; SILVA, A. G.; OLAVE, M. E. L. O fortalecimento dos bancos comunitários a partir da organização em rede: o caso da Rede Baiana de BCDs. *In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA*, 30., 2018, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Anais...** 2018.

FARIAS, M. W. de M.; SOARES, J. O.; FREITAS, F. C. H. P. de. Gestão de bens comuns por meio da inovação social: o caso do Banco Comunitário dos Cocais. *In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO*, 22., 2019, São Paulo. **Anais...** 2019.

FERNANDES, A. L. M. **Fatores que influenciam a intenção de uso da moeda social digital**: um experimento de campo. 2018. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

FERNANDES, A. M.; SOUZA, A. R. L. de; BELARMINO, L. C. Eco inovação no agro-negócio: revisão sistemática de literatura. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 50, p. 201-216, 2020.

FERREIRA, V. M. P. **Economia solidária, microfinanças e pluralismo jurídico**: um estudo de caso sobre a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. 2014. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

FRANÇA. Lei nº 2014-856, du 31 juillet 2014 relative à l'économie sociale et solidaire. **Légifrance**, Paris, 21 jul. 2014. Disponível em: <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000029313296&categorieLien=id>. Acesso em: 21 maio 2021.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos EBAPE.BR**, v. 2, n. 1, p. 1-18, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 155-174, 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Definindo gestão social. In: SILVA JÚNIOR, J. T. *et al.* (Org.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Juazeiro do Norte: Laboratório Interdisciplinar em Estudos de Gestão Social, 2008. p. 26-37.

FRANÇA FILHO, G. C. de; PASSOS, O. A. V. D. O campo das finanças solidárias. In: FRANÇA FILHO, G. C. de. **Bancos comunitários de desenvolvimento (BCD's) como expressão de finanças solidárias: por uma outra abordagem da inclusão financeira**. Fortaleza: Arte Visual, 2013. p. 40-49.

FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA JÚNIOR, J. T.; RIGO, A. S. Solidary finance trough community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. **Revista de Administração**, v. 47, n. 3, p. 500-515, 2012.

FREIRE, M. V. A importância dos bancos comunitários para inclusão financeira. In: NESOL-USP – NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA; INSTITUTO PALMAS. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. Núcleo de Economia Solidária. São Paulo: A9 Editora, 2013. p. 41-59.

FREITAS, T. O. de; COSTA, F. J. L. da; COSTA, E. M. L. da. Banco Mumbuca: a experiência do Banco Comunitário Popular de Maricá. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 22., 2019, São Paulo. **Anais...** 2019.

FRIZON, N. **Bancos comunitários de desenvolvimento: identificação de relações estratégicas de parceria**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

GADREY, J. Utilité sociale. In: LAVILLE, J.-L.; CATTANI, A. D. (Org.). **Dictionnaire de l'autre économie**. Paris: Desclée de Brouwer, 2005. p. 517-524.

GANDOLFI, R. **Bancos comunitários de desenvolvimento, crédito habitacional e assessoria técnica à autoconstrução: estudo de dois casos – bancos comunitários de desenvolvimento Bem em Vitória e União Sampaio em São Paulo**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

GARCIA, D. B. **Bancos comunitários de desenvolvimento: um estudo sobre a implementação dos bancos comunitários ligados ao movimento de moradia no município de São Paulo**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

GONZALEZ, L. *et al.* Moedas complementares digitais e políticas públicas durante a crise da covid-19. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1146-1160, 2020.

GUZMÁN, I. P. R.; SANTANA, C. A. de. Efeitos preliminares do uso das moedas sociais circulantes locais na ação dos bancos comunitários de desenvolvimento. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL*, 6., 2012 São Paulo. **Anais...** 2012.

HUDSON, M.; MEYER, C. B. A case study of microfinance and community development banks in Brazil: private or common goods? **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 45, n. 4, p. 116S-133S, 2016.

LEAL, L. P. **Gestão coletiva dos bens comuns na experiência dos bancos comunitários de desenvolvimento: o caso de Matarandiba**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

LEAL, L. P.; RIGO, A. S.; ANDRADE, R. N. Finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento: explorando os dados do diagnóstico no Nordeste do Brasil. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 60, p. 77-85, abr. 2016.

LEMOS, M. E. **A implantação de bancos comunitários e desenvolvimento social: o Banco Palmas – CE e o União Sampaio – SP**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

LOPES, L. M. S.; RIGO, A. S.; SILVA JÚNIOR, J. T. Utilidade social na percepção dos usuários de organizações da sociedade civil: primeiras análises a partir de uma rede de economia solidária na Bahia-Brasil. **Revista Alcance**, v. 25, n. 1, p. 38-60, 2018.

LUCENA, S. A. de. **A implantação de um banco comunitário de desenvolvimento: um estudo de caso sobre o processo organizativo comunitário**. 2013. 194 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

MATTOS, A. H. G. **Mulheres nos bancos comunitários de desenvolvimento da Bahia: percepções de gênero das agentes de crédito sobre seu papel profissional**. 2010. 239 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MEDEIROS, V. L. **Educação financeira e finanças solidárias: impasses conceituais; limites e avanços na prática**. 2017. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MELO NETO SEGUNDO, J. J. de; MAGALHÃES, S. Bancos comunitários. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 41, p. 59-64, nov. 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4014>. Acesso em: 26 jun. 2021.

MENEZES, D. T. de; SANTOS, R. C. dos; MARIANO, S. R. H. Bancos comunitários de desenvolvimento: uma análise bibliométrica. *In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO*, 20., 2017, São Paulo. **Anais...** 2017.

MENEZES, D. T. de; SANTOS, R. C. dos; MARIANO, S. R. H. Bancos comunitários de desenvolvimento: uma análise bibliométrica. **Gestão e Regionalidade**, v. 35, n. 106, p. 5-27, 2019.

MENEZES, E. T. de. **Verbete gestão escolar**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/gestao-escolar/>. Acesso em: 21 maio 2021.

MORAES, E. C.; NOGUEIRA, A. M.; VIEIRA, R. M. L. Banco Grameen e bancos comunitários de desenvolvimento: uma análise comparativa. **RISUS – Journal on Innovation and Sustainability**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 127-139, dez. 2015.

MORAES, J. *et al.* Função e multiplicação de bancos comunitários. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 2, p. 161-181, maio-ago. 2014.

MOSTAGI, N. C. *et al.* Banco comunitário no Brasil: o caso do Banco Palmas e sua moeda social. *In*: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 19., 2016, São Paulo. **Anais...** 2016.

NASCIMENTO, E. P. C. C. do. **Moedas sociais digitais**: estudo de caso de duas experiências em bancos comunitários. 2015. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, E. G. de. **Crédito solidário e moedas sociais na perspectiva do desenvolvimento local participativo**: potencialidades e limitações frente ao capitalismo e suas contradições. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.

PACHECO, F. W. F. e V. **A inserção social do Banco dos Cocais no município de São João do Arraial-PI**. 2016. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2016.

PAIVA, V. R. A. de. **Dilemas e perspectivas de institucionalização das finanças solidárias**: a experiência dos bancos comunitários no Ceará. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

PAIVA, V. R. A. de. A experiência dos bancos comunitários no Ceará: perspectivas de institucionalização das finanças solidárias. *In*: CONGRESSO DE PESQUISADORES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2., 2018, São Carlos, São Paulo. **Anais...** 2018.

PASSOS, O. A. V. D. **Estudo exploratório em bancos comunitários**: conceitos, características e sustentabilidade. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PASSOS, O. A. V. D. Explorando novas práticas organizacionais em economia solidária: conceito e características dos bancos comunitários. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 5., 2008, Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais...** 2008.

PAULA, C. G. de. **Do território ao lugar**: bancos comunitários, moedas locais e o circuito inferior da economia urbana em São Paulo-SP. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PERISSÉ, A. R. S.; GOMES, M. da M.; NOGUEIRA, A. S. Revisões sistemáticas (inclusive metanálises) e diretrizes clínicas. *In*: GOMES, M. da M. (Org.). **Medicina baseada em evidências**: princípios e práticas. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001. p. 131-148.

PIERCE, J. A. **Developing a monitoring and evaluation system for Instituto Palmas, a network of community development banks in Brazil**. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

PINHEIRO, A. L. G. **Análise sobre a atuação dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) como expressão de economia solidária diante do direito constitucional nas relações econômicas**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2015.

RAIMUNDO, L. **Finanças solidárias e a luta contra hegemônica**: um estudo de caso do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

RAPOSO, J. G. **Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico**: gestão social comunitária para o desenvolvimento local. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

RESGALA, G. **Práticas de finanças solidárias como práticas urbanas**: uma análise das ações dos bancos comunitários de desenvolvimento. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

RIGO, A. S. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil**: aplicações e implicações, teóricas e práticas. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RIGO, A. S. Moeda social e a concepção sobre a moeda em Karl Polanyi: possíveis aproximações. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 40., 2016, Costa do Sauípe, Bahia. **Anais...** 2016.

RIGO, A. S.; CANÇADO, A. C. Gestão social e construção de espaços públicos: reflexões a partir da rede brasileira de bancos comunitários do Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 1, p. 37-44, 2015.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. de. (Re)pensando critérios para uma tipologia simplificada e pertinente ao caso das moedas sociais dos bancos comunitários brasileiros. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 38., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** 2014a.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. de. O enigma das Palmas: análise do (de)suso da moeda social no “bairro da economia solidária”. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 38., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** 2014b.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. de. **Bancos comunitários e moedas sociais no Brasil**: reflexões a partir da noção de economia substantiva. Salvador: EDUFBA, 2017.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. de; LEAL, L. P. Os bancos comunitários de desenvolvimento do Nordeste na política pública de finanças solidárias: apresentando a realidade e discutindo proposições. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 37., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** 2013.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. de; LEAL, L. P. Bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias: apresentando a realidade do Nordeste e discutindo proposições. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 31, p. 70-107, 2015a.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. de; LEAL, L. P. Moedas sociais nos bancos comunitários de desenvolvimento: a experiência das conchas em Matarandiba-BA. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 4, n. 2, p. 15-31, maio-ago. 2015b.

RIGO, A. S.; SILVA JÚNIOR, J. T.; FRANÇA FILHO, G. C. de. O desafio do uso de moedas sociais nos bancos comunitários de desenvolvimento (BCD) no Brasil: um estudo de caso do Banco Palmas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 6., 2012, São Paulo. **Anais...** 2012.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTANA, C. A. de. **Bancos comunitários de desenvolvimento e o apoio à promoção do desenvolvimento local**: o caso do Banco Ilhamar. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SANTOS, D. P. dos; SANTOS, P. S. dos. A economia solidária na Paraíba: as finanças solidárias como instrumento de crescimento local sustentável. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 71, p. 129-136, abr. 2021.

SANTOS, F. K. G. **Parcerias interorganizacionais em iniciativas de bancos comunitários**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SCHWENCK, B. C. von G. **As trabalhadoras do Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente**: reflexões sobre políticas públicas de economia solidária, incubação universitária e a autonomia das mulheres. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

SILVA, A. G. da. **Bancos comunitários**: impactos do microcrédito e sua influência nas famílias da Região Metropolitana de Pernambuco. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, C. M. F. **Educação, microcrédito e pobreza no Brasil**: o caráter educativo do microcrédito produtivo orientado – o caso do Banco Revelação no Ceará. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SILVA JÚNIOR, J. T. As experiências de bancos comunitários como ação de finanças solidárias para o desenvolvimento territorial. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2006, Salvador, Bahia. **Anais...** 2006.

SILVA JÚNIOR, J. T. **Utilidade social e finanças solidárias**: uma proposta de avaliação dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SILVA JÚNIOR, J. T.; CALOU, A. L.; GONÇALVES, S. M. da S. Bancos comunitários e desenvolvimento territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. *In*: SILVA JÚNIOR, J. T. *et al.* (Org.). **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Juazeiro do Norte: Laboratório Interdisciplinar em Estudos de Gestão Social, 2008. p. 210-238.

SILVA JÚNIOR, J. T.; GONÇALVES, S. M. da S.; CALOU, A. L. Os bancos comunitários como instrumento de desenvolvimento socioeconômico de territórios: investigando as singularidades destas experiências de finanças solidárias. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** 2007.

SILVA JÚNIOR, J. T.; RIGO, A. S.; PASSOS, O. A. V. D. Gestão social nas finanças solidárias: reflexões sobre a avaliação da utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil. **Revista NAU Social**, Salvador, v. 6, n. 10, p. 151-164, 2015.

SILVA, M. C. M. da. **A formatação do Banco Comunitário Liberdade em Manaus: bloqueios e perspectivas**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2013.

SILVA, S. P. Dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmica da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2020a. p. 45-82.

SILVA, S. P. Finanças solidárias no Brasil: caracterização, tipos organizacionais e suas dimensões estruturais. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmica da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2020b. p. 99-127.

SILVA, S. P. O campo de pesquisa em economia solidária no Brasil: histórico, abordagens metodológicas e dimensões analíticas. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmica da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2020c. p. 19-44.

SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S. (Org.). **Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2022.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, A. C. O. *et al.* Innovation ecosystems in Brazil: promoting social entrepreneurship and sustainability. *In*: PATE, L.; WANKEL, C. (Ed.). **Emerging research directions in social entrepreneurship**. Dordrecht: Springer, 2014. p. 127-142. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-94-007-7896-2_8.

SOUZA, E. B. de. **As políticas de finanças solidárias no Brasil e as experiências de bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs): um estudo sobre o Banco Comunitário de Matarandiba – BCD Ilhamar-BA**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, T. F. **Gestão social em empreendimentos econômicos solidários: uma abordagem no Oeste Potiguar**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA JÚNIOR, J. T. Bancos comunitários de desenvolvimento. *In*: HESPANHA, P. *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina; CES, 2009. p. 31-36.

MUÑOZ, R. **Finanzas para la economía social: dinero, finanzas y la otra economía – ¿Qué estrategias y alternativas existen?** Buenos Aires: MAES ICO/UNGS, 2007. (Cartillas de Economía Social, n. 1).